

## “Historiografia menor” da questão ortográfica em Setecentos:

*Proposta que fez o Pe. João Bautista de Castro aos eruditos da Corte de Lisboa*

*Maria Filomena Gonçalves  
Universidade de Évora*

1. Tal como na historiografia linguística em geral, na história das ideias ortográficas em Portugal muitas são as figuras e os tópicos ainda por resgatar, afirmação tanto mais acertada quanto se sabe que, nos arquivos e bibliotecas, se ocultam muitos manuscritos cujo estudo talvez permitisse elucidar inúmeras lacunas relativas ao descompasso entre o discurso normativo, inerente aos textos gramaticais e a outros não menos codificadores, e a produção espontânea, isenta ao crivo regulador dos manuais ortográficos e semelhantes<sup>1</sup>. Com efeito, conhecidos os principais autores do discurso metaortográfico português, não são poucos os episódios que caberiam no âmbito de uma “historiografia menor” da ortografia portuguesa, para a qual se pretende contribuir com estas notas. Contida entre os papéis arrolados no códice CXII/2-7 da Biblioteca Pública de Évora, a *Proposta do Padre João Bautista de Castro aos eruditos da Corte de Lisboa*, por um lado, traz à luz um episódio inédito do academismo setecentista, e, por outro lado, demonstra a forma como a elite portuguesa debatia a questão ortográfica em instâncias não circunscritas à expressão canónica, a saber, as ortografias e as gramáticas.

---

<sup>1</sup> Sobre problemas relativos à escrita e à leitura no século XVII, vide: Rita Marquilhas (2000).

### 1.1. Os manuscritos

Identificado como *Peculio VII do Pe. João Bautista de Castro ou Collecção de Varios Papeis Curiosos Proprios e Alheyos*, o códice CXII/2-7 da Biblioteca Pública de Évora inclui três textos em que se trata de ortografia: no fólio 421 aparece a *Proposta que fez o Padre João Bautista de Castro aos eruditos da Corte de Lisboa*; nos fls. 422 a 423, a *Reposta do Marquez de Valença*; nos fls. 424 a 425, a *Reposta do Exm<sup>o</sup> Conde da Ericeira*. Este último texto é o único a apresentar, além de assinatura, uma data: 26 de Novembro de 1737. Da comparação da letra e da assinatura com as existentes em outros documentos do Conde tratar-se-á de um manuscrito autógrafo. Todavia, a julgar pela tinta, pela letra, pela nitidez e pela força do traço, os cabeçalhos colocados, a modo de título, na resposta do Conde da Ericeira e na do Marquês de Valença foram, sem dúvida, escritos por mão distinta, visto a letra não coincidir com a do Conde, nem, tão-pouco, com a do Marquês. Assim sendo, os cabeçalhos terão sido apostos por mão distinta das que redigiram os três textos. Na falta de outra datação, a resposta do Conde Ericeira permite situar a “Proposta feita pelo Padre João Bautista de Castro aos eruditos da Corte de Lisboa” em 1737.

### 1.2. Os intervenientes e o *clima de opinião* da época

Identificados os intervenientes na consulta, traça-se, de seguida, o *clima de opinião*<sup>2</sup> da época. É de realçar que nenhum deles é propriamente uma figura menor da sociedade portuguesa da primeira metade do século XVIII, porque os três se notabilizaram na vida cultural e política do país, na transição de Seiscentos para Setecentos. O autor da Proposta aos eruditos da Corte de Lisboa, o Padre João Bautista (doravante Baptista) de Castro, celebrizou-se sobretudo como autor do *Mappa de Portugal*, publicado entre 1745 e 1758, obra na qual compilou notícias históricas, geográficas, económicas e etnográficas sobre todas as regiões do país<sup>3</sup>, constituindo por isso um relevante documento sobre o Portugal

---

<sup>2</sup> Forjado por K. Koerner, o conceito é exposto e aplicado em várias dos seus estudos no campo da historiografia linguística. Serve para referir o estado do conhecimento, as opiniões ou perspectivas predominantes na sociedade e nos círculos detentores da ciência. Vide, por exemplo: K. Koerner (1989).

<sup>3</sup> Dividida em cinco partes, a obra é publicada com o seguinte título: *Mappa de Portugal. Parte I. Comprehende a situação, etymologia, e clima do reino; memoria de algumas povoações que se extinguiram: descripção circular; divisão antiga e moderna. Montes, rios, caldas, fertilidade, mineraes, moedas, lingua, genio e costumes portuguezes* (Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1745); *Parte II. Contém a origem e situação dos primeiros povoadores da Lusitania; entrada e dominio dos Fenices, Carthaginezes, Romanos, Godos, e Mouros; erecção da monarchia portugueza, e as principaes acções de seus augustos monarchas, rainhas, principes, e infantes; governo da Casa*

setecentista. Era natural de Faro e viveu entre 1700 e 1775<sup>4</sup>. Também deixou outras obras impressas e manuscritas nos domínios da Literatura, da Retórica<sup>5</sup>, da História e da Teologia. Pela data da Resposta do Conde Ericeira, a proposta ortográfica terá sido escrita quando Baptista de Castro rondava os 37 anos.

Não menos salientes, no panorama intelectual de então, eram os “eruditos da Corte de Lisboa”, autores das duas respostas que acompanham, no códice eborense, a proposta do Padre João Baptista de Castro. O Conde Ericeira é D. Francisco Xavier de Menezes, o célebre 4º conde da Casa dos Ericeiras, que viveu entre 1673 e 1743, e em cuja livraria, no ano 1717, foi instituída a chamada “Academia Portuguesa”, frequentada pela fina flor da *intelligentsia* nacional, na qual eram debatidos temas da literatura portuguesa. De acordo com Fernando Castelo-Branco<sup>6</sup>, a Academia Portuguesa, mais do que uma academia autónoma, seria, na verdade, o ressurgimento da Academia dos Generosos, a cujo concurso literário ali se dava continuação, sob o nome de Conferências Eruditas e Discretas<sup>7</sup>. Além da literatura, eram versados vários temas relativos à língua portuguesa<sup>8</sup>, como se conclui das *Prosas Portuguezas*<sup>9</sup> (1728), do Pe. Rafael

---

*Real; e outras noticias politicas* (Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1746); *Parte III. Tracta do estabelecimento e progressos da religião em Portugal; das ordens militares que n'elle existem, e das que se extinguiram; de todas as ordens religiosas e mais congregações; com a expressão dos conventos e mosteiros que tem cada uma, e annos das suas fundações; pontifices e cardeaes portuguezes; varões insignes em sanctidade e virtude: reliquias notaveis; e imagens milagrosas* (Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1747); *Mostra a origem das letras e universidades n'este reino; os escriptores mais famosos que têm havido em todo o genero de litteratura; o Militar, com os presidios e forças de mar e terra; os varões mais insignes em armas; e algumas victorias assignaladas, que os portuguezes têm alcançado de varias nações* (Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1749); *Parte V. Recopila em taboas topographicas as principaes povoações da provincia da Extremadura; e descreve as partes mais notaveis da cidade de Lisboa, antes e depois do grande terremoto* (Lisboa, Francisco Luis Ameno, 1758). A obra voltou a ser impressa nos anos de 1762 e 1763, revista e aumentada pelo autor, com o título de *Mappa de Portugal antigo e moderno*, tomos 1, 2 e 3 (Lisboa, Francisco Luis Ameno).

<sup>4</sup> Cf. Inocêncio Francisco da Silva (1859: 300-302).

<sup>5</sup> No domínio da retórica e da oratória já havia publicado o *Espelho da Eloquencia portugueza, illustrado pelas exemplares luzes do verdadeiro sol da elegancia, o veneravel Pe. Antonio Vieira* (Lisboa, Off. de Antonio Pedroso Galvão, 1734). Vide: Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e Teorização Literária em Portugal*, 1973, pp.341-376 e pp.677-682. Em outro códice eborense, existe, do mesmo autor, um tratado de retórica.

<sup>6</sup> Cf. João Palma-Ferreira *Academias Literárias dos Séculos XVII e XVIII* (1982: 31-38).

<sup>7</sup> Cf. *Ibid.*, p. 34: “(...) sucedâneas da academia dos Generosos, tiveram o seu livro de assentos, pelo qual se pode verificar que foram iniciadas em 12 de Fevereiro de 1696, tendo como secretário o conde da Ericeira e dedicando particular atenção às questões filosóficas, aos problemas matemáticos e também às palavras da língua portuguesa, o que representa já uma atitude académica bem diferenciada da que presidira aos destinos dos Singulares e dos Generosos”.

<sup>8</sup> Vide: Maria Filomena Gonçalves (2002a).

<sup>9</sup> Vide: Maria Filomena Gonçalves (2002b).

Bluteau (1638-1734), um dos mais brilhantes intervenientes naquele círculo académico. Acerca dos propósitos das ditas conferências, realizadas na biblioteca do Conde (nas suas casas do Cunhal das Bolas, sita ao Bairro Alto), lia-se no formulário do “livro de assentos”, reproduzido por aquele Padre teatino:

*Como a lingua Portuguesa não cede na elegancia a alguma das viventes, pareceo aos scientes de Lisboa, que como propria e eloquente, era digna do seu estudo, e capaz da sua applicação: assentaraõ juntarse aos Domingos em a Livraria do Conde da Ericeira, a quem elegeraõ Secretario, e conferirem em materias scientificas, reduzidas a fórmula Academica, e tratadas em discursos, e Dissertações na exposição critica dos melhores Autores, em questoens Filosoficas, e problemas Mathematicos, em metros a varios assumptos, e sobre tudo em palavras da lingua Portuguesa, ou já introduzidas com significação propria, ou já antiquadas, ou ainda não admittidas. Examinaraõse os mais estimados Escritores da lingua, a necessidade, que havia de algumas vozes estranhas, para que nos faltavaõ nomes proprios, e sobre tudo o uso, que he o melhor arbitro, a etymologia, e analogia, a pronuncia, a Orthografia, e Grammatica.*

*Propoem o Padre D. Rafael Bluteau, Clerigo Regular Theatino, algumas palavras, que achou duvidosas para o Vocabulario, que doutamente compoem da lingua Portuguesa; daõse em huma Conferencia, para resolverse em outra; votase sem preferencia, e cada hum defende a sua razaõ, e se assenta pelo mayor numero de votos, que regula o Secretario.*

*Na sua primeira Conferencia se mandaraõ fazer tres Discursos sobre a lingua, e os compuzeraõ eruditamente o conde de Villarmayor, o Padre D. Rafael Bluteau, e Luiz do Couto Feliz; recitaraõse na segunda Conferencia de 19. De Fevereiro. (Bluteau, 1728: 1-2).*

É de realçar que no cenáculo de Ericeira germinaram, entre 1717 e 1720, outros círculos similares<sup>10</sup>, com destaque para a Academia Real da História Portuguesa, instituída a 8 de Dezembro de 1720. Ampliando a biografia de D. Francisco Xavier de Meneses, acrescenta-se que era dado ao estudo da matemática e das humanidades, preferências que decerto justificam os domínios glosados nas conferências; tinha, porém, particular predilecção pelas línguas estrangeiras, sobretudo a francesa, a italiana e a espanhola, tendo traduzido

---

<sup>10</sup> Cf. Joaquim Veríssimo Serrão (1974: 60-61).

para português a *Arte Poética* de Boileau, numa evidente tentativa de arejar as ideias e as práticas literárias em Portugal. Sem contar ainda com vinte anos de idade, já presidia o conde à Academia dos Generosos; foi depois director e censor da Academia Portuguesa de História, fundada sob protecção de D. João V. Notabilizado como homem dos mais cultos em Portugal, mesmo além-fronteiras, chegou a ser membro da Academia da Arcádia de Roma e da Real Sociedade de Londres. Segundo informações da época, engrossou substancialmente a livraria herdada dos antepassados, estimando-se em cerca de 15.000 o número das obras coleccionadas no Palácio do Largo da Anunciada, destruído no terramoto de 1755. Correspondeu-se com importantes literatos de toda a Europa e a sua reputação chegou à Rússia, cuja Academia contribuiu para a Livraria do Conde com várias remessas de livros.

Pela datação, o Marquês de Valença, autor de uma das respostas à Proposta de Baptista de Castro, deverá ser D. Francisco de Portugal e Castro, 2º marquês da sua linhagem. Dele saíram impressas, entre 1738 e 1748, várias orações académicas de natureza histórica e literária. De acordo com a nota acrescentada no fólio 425, outros eruditos da corte ter-se-iam igualmente manifestado a respeito da proposta ortográfica do Padre João Baptista de Castro, mas delas não se achou rasto no códice eborense. Seriam seus autores Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos<sup>11</sup>, Luiz Borges de Carvalho e Francisco de Pina e de Melo<sup>12</sup>, dos três o mais relevante em matéria pedagógica, visto ter participado na chamada polémica verneiana<sup>13</sup>.

Traçada sumariamente a biografia dos autores dos textos incluídos no códice eborense, importa descrever o estado da questão ortográfica nos inícios de Setecentos. Como se viu antes, na transição de Seiscentos para Setecentos o movimento académico registou grande actividade, embora nenhum desses

---

<sup>11</sup> Segundo Inocêncio Francisco da Silva (1859: 358), “era natural da Torre de Moncorvo, em Trás-os-Montes, onde nasceu em 1670. Passou em Hespanha grande parte da sua vida, depois de soffrer na patria algumas perseguições, cujo motivo não se declara; e m. em Salamanca em 1747, segundo diz o P. João Baptista de Castro, no Mappa de Portugal”.

<sup>12</sup> Cf. Inocêncio Francisco da Silva (1859: 33): “Moço Fidalgo da Casa Real, n. na villa de Monte-mór o velho, a 7 de Agosto de 1695. (...) Coursou na universidade de Coimbra as cadeiras de Philosophia e Canones, sem que comtudo chegasse a formar-se em alguma d’estas faculdades. Cultivando com indefessa applicação todos os ramos das sciencias, artes e litteratura, póde ser de justiça considerado como um dos homens mais notavelmente eruditos entre os portuguezes da sua idade”.

<sup>13</sup> Em 1752 publicou a *Balança intelectual, em que se pezava o merecimento do «Verdadeiro Método d’estudar»* (Lisboa, Na Offic. de Manuel da Silva). Sobre a polémica e a intervenção de Pina e Melo, vide: Andrade (1964; 1965): “A polémica verneiana”. *As Grandes Polémicas Portuguezas*, vol. Lisboa, 279-331.

círculos pudesse substituir-se a uma Academia oficial. Por volta de 1737, na falta de uma instuição que ditasse exemplo e lei em matéria ortográfica, o assunto estava confiado a gramáticos, ortógrafos e lexicógrafos, e bem assim aos escritores e seus impressores, cuja intervenção neste ponto não deverá ser desvalorizada. De facto, à data da Proposta do Pe. Baptista de Castro, não eram poucas as obras destinadas à definição de uma norma gráfica para o português. Dada a opulência da Livraria do Ericeira, é de supor que todas elas, conquanto não as cite na resposta ao Padre João Baptista de Castro, ajudassem a preencher as estantes, sendo por isso conhecidas tanto do Conde como dos frequentadores da sua Casa. Da produção linguisticográfica em geral, até à década de 30 do século iluminado, sobressaem nomes de figuras próximas não só de João Baptista de Castro como também dos eruditos da corte. Entre essas figuras, contam-se por exemplo D. Jerónimo Contador de Argote, que em 1721 dera à estampa as *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Latina*, substancialmente ampliadas em 1725, e D. Rafael Bluteau, cujo *Vocabulario Portuguez e Latino* viera à luz entre 1712 e 1721, seguido do *Supplemento* (1727-1728), em dois volumes, ou, ainda, Luís Caetano de Lima<sup>14</sup>, que em 1736 publicara uma *Orthographia da lingua Portuguesa*. Mas em Livraria de tal porte não deveriam faltar muitos dos espécimes da linguisticografia portuguesa, da mais antiga à mais recente, a saber: Fernão de Oliveira (1536); João de Barros (1540); Jerónimo Cardoso (1569/70), Pêro de Magalhães de Gândavo (1574), Duarte Nunes de Leão (1576 e 1606), Agostinho Barbosa (1611); Amaro de Roboredo (1619 e 1623); Manuel Severim de Faria (1624); Domingos de Araújo (1627), Álvaro Ferreira de Vera (1631); Bento Pereira (1666); Pedro de Poiares (1667); João Franco Barreto (1671); António da Silva Álvares (1715); António Franco (1716), Andrade de Figueiredo (1722), para nomear alguns, excluindo o grosso dos relacionados com a abundante produção em latim ou mesmo bilingue<sup>15</sup>.

## 2. A Proposta

Atente-se então no conteúdo da *Proposta feita pelo Padre João Bautista de Castro aos eruditos da Corte de Lisboa*, sintetizada pelo Autor nos seguintes termos:

---

<sup>14</sup> Vide: Gonçalves (1991: 263-273).

<sup>15</sup> Cf. referências incluídas em anexo a este texto.

*Excitou-se entre certas pessoas curiosas este Problemas: Qual seria mais acertado método na Lingua, e Orthografia Portugueza ? Manter as suas dicçoens dentro da etymologia das Latinas, ou expressallas pelo rigor da pronunciação ?*

Trata-se, na verdade, da velha discussão, herdada dos Antigos, sobre se a ortografia deveria ancorar-se no princípio fonético ou no princípio etimológico, confrontado-se, portanto, a visão fonocentrista do sistema gráfico, valorizadora da relação fónico-grafemática, com a visão historicista, segundo a qual o vínculo genético com a matriz não só era prestigiante como constituía um distintivo das línguas aparentadas<sup>16</sup>. Verdadeiro tópico da doutrina metaortográfica quinhenista, o debate em torno da predominância de um desses princípios desenrolou-se quase ininterruptamente, em Portugal, até ao século XX. Sem verter doutrina própria, nem aludir a quaisquer ortógrafos portugueses, a consulta do Padre João Baptista de Castro aos eruditos da Corte está longe de resumir a questão à escolha da etimologia ou da pronúncia como princípio regulador da ortografia portuguesa. Reunindo os argumentos dos partidários de uma e de outra, a etimologia sai amparada no vínculo genético com a língua-mãe mas também no uso dos eruditos de outras nações:

*(...) sendo a Lingua Portugueza filha da Latina, tanto seria mais perfeyta, quanto fosse mais parecida a sua Mãy: que pela experiencia se tem visto, ser mais agradável, e mais perceptível aos eruditos de todas as Naçoens, aquela Lingua que menos dista do Latim: que só esta fixa base pode estabelecer [sic], acreditar, e fazer universalmente agradável, e conhecida a Lingua Portugueza: que dizer se tem suavizado algũas palavras no desvio da Princeza das Linguas, he asseveraçaõ pouco solida: que se o uso empenhado em desfigurallas, houvesse cooperado a mantella em suas origens, he sem duvida gostaria dellas, e lhe pareceriaõ suavissimas: que por este principio em vez de suave parece ridiculo, e rustico escrever afecto, e não affecto: fosforo, e não phosphoro: Monarquia, e não Monarchia etc. porque destituidas da sua graça, ou despojadas da sua galla nativa, fazem dissonancia grande, e abrem a porta, a hũa total Anarchia, ou desgoverno.*

---

<sup>16</sup> Vide: Gonçalves (2003).

Já a pronúncia sustenta-se na doutrina dos ortógrafos portugueses, como se observa no trecho seguinte:

*Os da parte contraria se fundavaõ na doutrina de todos os Ortografos Portuguezes, que dizem (...), que a principal regra da nossa Lingua, he escrever da mesma forma que fala, sem acrescentar consoantes ociozas, como fazem os Francezes, e Inglezes: e que supposto seja Latina a palavra, como nós a avocamos á nossa Lingua, fica perdendo a sua pureza, e a devemos escrever a nosso modo.*

À necessidade de resolver a indefinição ortográfica, tão prejudicial ao exercício literário, estava subjacente também um certo sentimento patriótico, dado que a consulta do padre João Baptista de Castro tinha por viseira a *demonstração do melhor, em beneficio da Patria, e exercicio Literario*. Daqui se conclui que o Autor não toma partido, nem propõe aos eruditos da Corte um sistema concreto, sendo de supor que deles esperava uma decisão vinculativa.

Na sua resposta, reconhecendo embora a dificuldade da matéria (1), o Marquês de Valença aponta um horizonte de retrospecção (2), valoriza a relação genética entre o português e o latim (3), destaca os exemplos francês e italiano (4), remetendo, por último, para o modelo dos autores portugueses (5), como confirmam os excertos seguintes:

*(1) na Orthographia não se pode dar conselho que não tenha contra si muitas objecçoens.*

*(2) Quintiliano dis que a Orthografia se acomoda ao costume e se ele faz lei para obrar por que o não fara para escrever. (...) Este mestre se inclina a que os Latinos escreviaõ como falavaõ mas a inclinação deste Autor não deve ser certeza para nos.*

*(3) Sendo pois a lingoa Portugueza filha da Latina, como se hade esquecer da Natureza que trouce do ventre de sua May, e conservou com o seu leite. A mayor duvida está em como como pronunciavaõ os Latinos, porque esta lingoa he morta há muitos seculos.*

*(4) Os Francezes escrevem de huma sorte, e fallaõ de outra, os Italianos fallaõ como escrevem, quem se hade resolver com acerto. Huma nação tem o magisterio das Artes, outra possui o morgado das letras. Senaõ he bom ter por inimigos os modernos que sera dos antigos, que nas sciencias saõ mais para temer os passados que os presentes.*

“Historiografia menor” da questão ortográfica em Setecentos: *Proposta que fez o Pe...*

*(5) A minha opiniaõ he que adonde há bons exemplos todos se podem seguir, vejamos para os imitar como escreveraõ Luis de Camoens, Joaõ de Barros, Antonio Vieyra, Fr. Luis de Sousa, e Jacinto Freyre, e se elles não conspiraõ do mesmo modo de escrever, causa ha relevante, e forçosa que os obriga a esta desuniaõ.*

Contudo, quer se trate da pronúncia quer da etimologia, o princípio escolhido vê-se confrontado com o *costume*, que pode valer como lei, no esteio de Quintiliano; além disso, o recurso à pronúncia latina, devido às mudanças ocorridas, só agravava as reservas a respeito da pronúncia como critério normalizador da escrita.

Mais extensa, a resposta do Conde da Ericeira assenta também na análise das vantagens e desvantagens de cada um dos critérios em apreço. Assim, retomando a tradição quintiliana (*sic scribendum quomodo sonat*), eleva D. Francisco Xavier a pronúncia à condição de ideal de perfeição linguística, visto servir de elemento nivelador perante a variedade etimológica, aspecto ao qual se somava a mudança verificada no decurso do tempo, com as consequentes diferenças entre as formas modernas e as antecedentes:

*A mim me parece que a mayor perfeiçaõ das Linguas he escrever da mesma sorte que pronunciaõ, os que fallaõ bem; porque assim se da huma regra geral, para que todos observem huma igual ortografia; pois as ethymologias, ainda das Lingoas mais doutas, sempre saõ distintas, e incertas, e se tem alterádo muito, havendo varias palavras portugezas, que se derivaõ de outras Lingoas modernas, e não entroncam com a Latina, Grega, Arabiga, e Hebraica, senaõ depois que as naçõens menos antigas beberaõ nas fontes, e alteraraõ a sua pureza natural.*

A título de ilustração, parte para a indagação etimológica, afirmando:

*(...) Isto se vê, entre infinitos exemplos, na palavra Meza, que tiramos do Castelhana, não dizendo Mensa como os Latinos (...).*

A instabilidade gráfica era reforçada pelo uso, logo também pelas realizações orais, mesmo na Corte, tomada como referência linguística pelo Ericeira, apesar de o seu espelho linguístico e literário continuar a ser o Padre António Vieira:

*(...) e o que he mais nas mesmas palavras, que sem duvida são corruptas pelo uzo, este se segue na palavra estamago, que sem exemplo de outra Lingoa, se pronuncia assim na Corte, e não estomago, joelhos, e não giolhos. O Grande Vieyra, revendo os seus proprios Livros (a que so elle podia emmendar) se mostra com algum excesso inclinado ao uzo, dizendo donde imprimiraõ devocaõ; lea-se devaçãõ, mas o primeiro ficou prevalecendo*<sup>17</sup>.

Confrontados os elementos da tríade clássica – etimologia, pronúncia e uso – D. Francisco Xavier propõe um sistema de compromisso entre as dois primeiros, desde que a ambiguidade seja evitada. Exemplo desse enlace seria, para o Autor, o emprego do dígrafo <CH>, ora correspondente, em formas de origem greco-latina, a uma oclusiva velar, ora a uma fricativa palatal, em formas portuguesas, levando-o a discorrer sobre a realização daquele dígrafo, aspecto directamente relacionado com o problema da localização temporal do nivelamento entre a africada e a fricativa palatal. Pela descrição do Conde da Ericeira, bem pode afirmar-se que, se ainda não o admitia com carácter geral, já reconhecia, pelo menos, a “confusão” entre o valor fricativo de <X> e o antigo valor africado de <CH>. Mas, dada a existência de testemunhos bem anteriores, tal posição não é surpreendente<sup>18</sup>:

*Eu estou taõ longe de decidir que sempre sigo a mediania, e assim fui de parecer, que todas as vezes que sem alterar as Letras da Latina, ou Grega, se podesse conservar a ethymologia, essa se seguisse: seja o exemplo Coro, e Monarquia, pois se escrever com a origem Choro, e Monarchia, farei huma exceiçaõ ao CH portugûês, que tanto se equivoca erradamente com o .X., e que os Francezes pronunciaõ sempre brandamente, como os Portuguezes ao mesmo X, e os Italianos como o que portugûês, pois nós o tomamos dos Castelhanos só nas ultimas silabas, como Pecho, Mucho, Despacho, Capricho, e Chocho, e poucas vezes nos principios das dicçoens.*

O segundo exemplo prendia-se com o dígrafo culto <PH>, a respeito do qual comenta:

---

<sup>17</sup> Ainda hoje, a forma antiga *estâmago* faz parte da linguagem popular; em Trás-os-Montes, por exemplo, *estamagado* significa “agoniado, cansado, fraco”. Eduardo Faria (1858: 471) considera *ant. e hoje plebeo*.

<sup>18</sup> Para uma revisão pormenorizada de antigos testemunhos relativos à realização da africada palatal, vide: Luís Prista (1994: 183-226).

“Historiografia menor” da questão ortográfica em Setecentos: *Proposta que fez o Pe...*

*Seja outro exemplo Felipe, e Filosofia pois escrevendo assim os Italianos e Castelhanos nós podíamos escrever sem erro Phelipe, e Philosophia porque todos sabem que o P. com o H., que he Letra grega, se pronuncia como F. Latino; ainda que estes depois que o Emperador Claudio inventou esta letra parece que entenderão que necessitavaõ della, e a pronunciavaõ com mais aspereza.*

As consoantes dobradas e as mudas constituíam o terceiro exemplo aduzido na resposta do Conde da Ericeira: nelas detecta o Autor enorme flutuação de pronúncia, não raro afectada devido a uma articulação forçada. Examinado este último caso, o Conde propõe uma hierarquia em que a pronúncia preceda a etimologia:

*E conclúo com que assim nas Letras dobradas como em todas as outras he a pronuncia a regra principal, e as origens a segunda, pois os que fallaõ bem não deixaõ de exprimir o C. de affecto, e de exacto, e se ve nos melhores Poetas, que ainda assim são consoantes (...) de que se julga facilmente que não obriga a boa pronuncia, a esta affectaçãõ, que muitos exprimem culpavelmente na palavra observar, pronunciando com força o B, ha de exprimir-se sem fazer pausas, e assim pode uzar-se na Orthografia desta e de outras palavras semelhantes, sendo sem offensa da pronuncia.*

Mas, também graças ao Conde da Ericeira, fica-se a saber que Alexandre de Gusmão teria redigido um tratado ortográfico<sup>19</sup>, propondo algumas soluções em consonância com uma fonetização radical, como seria a supressão de <H> etimológico em início de palavra:

*Na Academia Real donde esta questão se excitou, defendeo e compoz muito doutamente hum tractado Alexandre de Gusmaõ, taõ inteiramente declarado por esta parte que atè a palavra Homem quer se escreva sem H., como fazem os Italianos.*

A referida Academia Real era a de História, fundada em 1720, como antes se disse. Dela era membro o citado Alexandre Gusmão (1695-1753), figura de

---

<sup>19</sup> Desse tratado não se encontrou rasto; provavelmente não terá chegado a ser impresso, embora tenha circulado em manuscrito entre os membros da Academia Real de História.

proa na vida política da primeira metade de Setecentos: nascido no Brasil, veio para Portugal em 1712; exerceu como ministro de D. João V, que lhe confiou várias missões diplomáticas; ingressou na Academia Real de História em 1732, instituição em que depois seria censor. De facto, a questão ortográfica não podia ser excluída das preocupações desta Academia, atendendo a que alguns membros produziram obras metaortográficas, destinadas à uniformização (qualquer que fosse o sentido desta), como fez o académico Pe. Caetano de Lima, cuja *Orthographia da Lingua Portuguesa* saíra em 1736, e decerto seria conhecida tanto do Conde da Ericeira como dos demais autores de respostas dadas ao Pe. Baptista de Castro.

Quando se atenta no sistema particular de D. Francisco Xavier, nele se descobre a influência do Pe. Lima (como era conhecido na Academia Real de História), sobretudo no capítulo da acentuação gráfica: com efeito, Caetano de Lima era o ortógrafo que mais havia preconizado o emprego extensivo do circunflexo sobre <i> tónico, prática acolhida na resposta do Conde, deixando supor a influência daquele Autor; a isto acresce o facto de, a partir de certa altura, o sistema do Pe. Lima ter funcionado como modelo uniformizador para as publicações da Academia de História. Embora sem menção do nome do Pe. Caetano de Lima, é de crer que, sendo ambos académicos, a obra deste tenha influenciado as ideias e a prática gráfica do Conde. Decerto este não ignorava outras obras recentes: a de Madureira Feijó<sup>20</sup>, publicada em 1734, nem, muito menos, a do Pe. Rafael Bluteau, que abrilhantara as Conferências Eruditas, realizadas na Livraria de sua Casa, e cujo *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1728), pela repercussão social alcançada, acrescida à muita consulta, servia igualmente de referência ortográfica. A parcimónia etimológica é outro aspecto em que a influência de Lima parece reflectir-se no sistema particular do Conde, um e outro bem distantes da profusão etimológica de Feijó, o mais pródigo de todos os ortógrafos na extensão do princípio etimológico.

Moderadamente favorável à etimologia e atento à variedade sociolectal dos que *fallão bem* e sem *afectação* na Corte, para reduzir a poligrafia derivada da variação etimológica, já que esta exigia o conhecimento das línguas antigas e modernas, subsidiárias da portuguesa, o Conde da Ericeira parece fixar o eixo do sistema na pronúncia, mas, com isso, também parece valorizar as realizações orais, facto de assinalar numa época em que a variação e a normalização<sup>21</sup>, em

---

<sup>20</sup> Cf: Maria Filomena Gonçalves (1992).

<sup>21</sup> Vide: Marquilhas (2001: 112-113).

toda a sua amplitude, estavam no cerne da reflexão metalinguística, como o demonstram os inúmeros exemplos dos níveis diastrático, diatópico e diacrónico<sup>22</sup>, arrolados por ordem alfabética, nas obras de Feijó e de Monte Carmelo, esta última já de 1767. Com efeito, se a consciência da variação se manifesta mais ou menos implicitamente na resposta do Ericeira, motivo por que o Autor confere um papel secundário à etimologia, não deixa de repercutir-se igualmente na Proposta de João Baptista de Castro, assim como na resposta do Marquês de Valença, estando essa estratificação linguística subjacente às referências aos que “falaõ bem”, à Corte, aos cultos, aos escritores, aos “Ortografos Portuguezes”, em contraponto a tudo o que parecesse “ridículo, e rustico”.

### 3. Conclusão

Além de mostrarem a preocupação com a norma gráfica nos inícios do século XVIII, época de intensa actividade codificadora, considerados em conjunto, os manuscritos aqui em apreço dão igualmente achegas para o conhecimento da amplitude social do assunto. Inseridos nas ideias ortográficas setecentistas, eles confirmam, por outro lado, aquilo que, de forma explícita, fica atestado nas gramáticas e ortografias, fontes canónicas do discurso normativo: que a questão ortográfica encerrava múltiplas dificuldades, e que por ela perpassava a consciência da variação linguística. Neste caso, os intervenientes não eram gramáticos nem ortógrafos, o que só vem reforçar a repercussão social do problema ortográfico.

Embora a *Proposta que fez o Pe. João Bautista de Castro aos eruditos da Corte de Lisboa*, à semelhança de tantos outros episódios da “historiografia menor” relativa à ortografia em Portugal, não tenha afinal avançado uma solução concreta, nem, tão-pouco, haja fornecido dados linguísticos relevantes, o seu interesse testemunhal não fica diminuído. Com efeito, em historiografia linguística, o resgate de figuras menores ou desconhecidas, bem como a releitura de fontes pouco exploradas, ignoradas até, prefigura a via adequada para o traçado de uma história menos pontuada de hiatos e de sombras. Só o rastreo de novas fontes, sobretudo manuscritas, bem como a sua disponibilização por meio de edição, ou em forma de base de dados, possibilitará uma reconstrução historiográfica capaz de ampliar o prisma redutor da habitual viseira codificadora ou normativa, trazendo à luz elementos de outras naturezas e procedências. Com o exemplo modesto dos textos contidos no códice eborense, julga-se ter demons-

---

<sup>22</sup> Vide: Werner Thieleman (2001: 51-97).

trado que a “escavação” de fontes, em bibliotecas e arquivos, ainda poderá render novas peças historiográficas, destinadas a completar o quadro histórico do discurso metaortográfico português.

### Anexo 1 – Transcrição quasi-diplomática<sup>23</sup>

[fl. 421] Proposta q fez o P<sup>e</sup>. Joaõ Baut<sup>a</sup>. de Castro //  
aos eruditos da Corte de Lix<sup>a</sup>.

Excitou-se entre certas pessoas estudiosas este Problema: Qual // seria mais acertado método na Língua. e Orthografia Portugueza ? Man-// ter as suas dicçoens dentro da etymologia das Latinas. ou expressallas // pelo rigor da pronunciaõ ?

Os que seguiaõ a 1<sup>a</sup> p<sup>te</sup>. se fundavaõ nestas razoens: que sendo a // Língua Portugueza filha da Latina, tanto seria mais perfeyta, q<sup>o</sup>. fosse // mais parecida a sua Mãy: que pela experiencia setem visto, ser mais // agradável, e mais perceptível aos eruditos de todas as Naçoens, aq<sup>la</sup>. Língua q menos dista do Latim: que só esta fixa baze pode es-// tablecer, acreditar, e fazer universal<sup>te</sup>. agradável, e conhecida a // Língua Portugueza: que dizer se tem suavizado algũas palavras // no desvio da Princeza das Linguas, he asseveraçaõ pouco solida: // que se o uzo empenhado em desfigurallas, houvesse cooperado // a mantellas em suas origens, he sem duvida gostaria dellas, e lhe // pareceriaõ suavissimas: que por este principio em vez de suave // parece ridiculo, e rustico escrever affetto, e não affecto: fos-// foro, e não phosphoro: Monarquia, e não Monarchia. &tc. porq // destituídas da sua graça, ou despojadas da sua galla nativa, fa-// zem dissonancia grande, e abrem a porta, a hũa total Anarchia, // ou desgoverno.

Os da p<sup>te</sup>. contraria se fundavaõ na doutrina de todos os Ortogra-// fos Portuguezes, q dizem unanimiter, q a principal regra da nossa Lin-//gua, he escrever da mesma forma que fala, sem acrescentar consoantes // ociozas, como

---

<sup>23</sup> A expressão é de R. Marquilhas (2000: 314). Aqui corresponde a uma transcrição conservadora, com as seguintes intervenções no texto original: alinhamento do texto (por isso não existe numeração das linhas) e separação de algumas palavras que se encontravam unidas devido à prática manual do autor. Foram respeitadas as demais características: todas as grafias (mesmo as oscilações), abreviaturas, maiúsculas e minúsculas, pontuação, formas de ligação de clíticos, divisão silábica em fim de linha, sublinhados e parágrafos. A mudança de linha é assinada por meio de //. As palavras de difícil leitura são indicadas por meio da convenção [???]. Porém, nas citações feitas ao longo deste trabalho, optou-se por uma versão com as abreviaturas desenvolvidas e sem indicação da mudança de linha, dando-se conta das restantes características. Por falta do símbolo correspondente, “q”, abreviatura “que”, não leva o til, sistematicamente presente no manuscrito.

fazem os Francezes, e Inglezes: e que supposto seja Lati-// na a palavra, como nós a avocamos á nossa Lingua, fica perdendo a sua pureza, e a devemos escrever a nosso modo. //

Com estes, e outros fundam<sup>tos</sup>. por ambas as partes ficou indecizo o Problema; e co-// mo se quer seguir o mais acertado, esperase no voto de V. N. a demonstra-// ção do melhor, em benef<sup>o</sup>. da Patria, e exercicio Literario.

[fl. 422]

Reposta do Marquez de Valença //

Respondendo á pergunta q se me fas mais pelo // titulo de Academico q pelo nome de erudito, digo q na Or= //thographia se não pode dar conselho q não tenha contra si m<sup>tas</sup>. objec =// çoens. Quintiliano dis q a Orthografia se acomoda ao costume // e se elle fas lei p<sup>a</sup>. obrar por q o não fara p<sup>a</sup>. escrever. Não he // justo q tenha mais poder nas acçoens q nos caracteres. Este // mesmo mestre se inclina a q os Latinos escreviaõ como falla=// vaõ mas a inclinação deste autor não deve ser certeza p<sup>a</sup>. // nós. Sendo pois a lingua Portugueza filha da Latina, como // se hade esquecer da natureza q trouce do ventre de sua May, // e conservou com o seu leite. A mayor duvida está em como pronun=// ciavaõ os Latinos, por q esta lingoa he morta ha m<sup>tos</sup>. secu =//los. A lingua Grega taõbem nos não pode encaminhar, por se // achar em peyores termos q a Latina, quanto he peyor o vicio q // a morte. Logo q regra se hade seguir. Os Francezes escre=// vem de huma sorte, e fallaõ de outra, os Italianos fallaõ como escre=//vem, q<sup>m</sup>. se hade resolver com acerto. Huma nação tem o // magisterio das artes, outras possui o morgado das letras. Senaõ // he bom ter por inimigos os modernos q sera os antigos, q nas // sciencias saõ mais p<sup>a</sup>. temer os passados q os presentes. O q sup=// posto não me acho com hombros de Atlante p<sup>a</sup>. tomar sobre elles a // dicisaõ desta duvida. Mais seguro he seguir q guiar os // outros, mais modestia ser discipulo q mestre entre sabios. Disputar // problemas he de engenhosos, resolvelos he de presumidos. Para // observar as leis basta a vontade, mas p<sup>a</sup>. as instituir he necessa=// rio a sabedoria; q<sup>m</sup>. a teve pelo oraculo verdadeiro foy só Salomaõ, // e pelo falço foy só Socrates. As letras não tem Monarchia tem // Republica, por q entre os saibos tudo he igualdade, elles custu=// mados a dominar no Ceo, não sabem obedecer na terra. A mi=//nha opiniaõ he q adonde ha bons exemplos todos se podem seguir. Vejamos // p<sup>a</sup>. os imitar como escreveraõ Luis de Camoens, Joaõ de // Barros, Antonio Vieyra, Fr. Luis de Sousa, e Jacinto Freyre, // e se elles não conspiraõ do mesmo modo de escrever, causa ha // relevante, e forçosa q os obriga a esta desuniaõ.”

A mim meparece q a mayor perfeição das Lin==guas he escrever da mesma sorte que pronunciaõ, os q falaõ bem; porque assim // se da huma regra geral, para que todos observem huma igual ortografia; pois // as ethymologias, ainda das Lingoas mais doutas, sempre saõ distantes, // e incertas, e se tem alterádo muito, havendo varias palavras portuguezas, // q se derivaõ de outras Lingoas modernas, e não entroncam com a Latina, Gre==ga, Arabiga, e Hebraica, senaõ depois que as naçõens menos antigas be==beraõ nas fontes, e alteraraõ a sua pureza natural: Isto sevê, entre in==finitos exemplos, na palavra Meza, que tiramos do Castelhana, não di==zendo Mensa como os Latinos; e o que he mais nas mesmas palavras q se sem duvida saõ corruptas pello uzo, este se segue na palavra es==tamago, que sem exemplo de outra Lingoa, se pronuncia assim na Corte, // e não estomago, joelhos, e não giolhos. O Grande Vieyra, revendo os / / seus proprios Livros (a que só elle podia emmendar) semostra com al-// gum excesso inclinado ao uzo, dizendo donde imprimiraõ devoçaõ, le// a-se devaçãõ, mas o primº. ficou prevalecendo. Na Academia Real // donde esta questaõ se excitou defendeo, e compoz muito doutamente hũ // tractado Alex<sup>de</sup>. de Gusmaõ, taõ inteiramente declarado por esta // parte que até a palavra Homem quer que se escreva sem H., co-//mo fazem os Italianos. Eu estou taõ longe de decidir que sempre // sigo a medianã, e assim fui de parecer, que todas as vezes que sem alte-// rar as letras da origem Latina, ou Grega, se podesse conservar a // ethymologia, esta se seguisse: seja o exemplo Coro, e Mo// narquã, pois se escrever com a origem Choro, e Monarchia, farei hu-// ma exceiçaõ ao Ch português, que tanto se equivóca erradamente // com o X, e que os Francezes pronunciaõ sempre brandamente, como // os Portuguezes ao mesmo X, e os Italianos como o que português, pois nós o tomamos dos Castelhanos só nas ultimas sillabas, como // Pecho, Mucho, Despacho, Capricho, e Chocho, e poucas vezes nos prin-//cipios das dicçoens. Seja outro exemplo Felipe, e Filosofia // pois escrevendo a assim os Italianos e Castelhanos, nós podiamos es-//crever sem erro, Phelipe, e Philosophia, porque todos sabem que o // P. com o H., que he Letra grega, se pronuncia como F. Latino; // ainda que estes, depois que o Emperador Claudio inventou esta // Letra parece que entenderaõ necessitavaõ della, e a pronunciavaõ com // mais aspereza. E conclúo com que a assim nas Letras dobradas // como em todas as outras he a pronuncia a regra principal, e as o-//rigens a segunda, pois os que falaõ bem não deixaõ de exprimir // o C. de affecto, e de exacto, e se vê nos melhores Poetas, que a-// inda assim saõ consoantes affecto de [?] exacto de apa-//rato: e digno de divino, de que se julga

facilmente que não o-// briga a boa pronuncia, a esta affectação, que muitos exprimem cul-// pavelmente na palavra observar, pronunciando com força o B, // q ha de exprimir-se sem fazer paugas, e assim pode uzar-se // na Orthografia desta e de outras palavras semelhantes //, sendo sem offensa da pronuncia.

Lisboa Occ<sup>al</sup>.

26 de Novembro 1737.

Conde da Ericeira

## ANEXO 2 – Algumas obras da linguisticografia portuguesa (do século XVI até 1737)

ARAÚJO, Domingos de (1627). *Grammatica latina. Novamente ordenada, e conuertida em portugues pera menos trabalho dos que começam aprender*. Lisboa, Pedro Craesbeeck.

ARGOTE, Jerónimo Contador de (1725<sup>2</sup>) [1721]. *Regras da lingua portugueza, espelho da latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*, 2<sup>a</sup> ed., Lisboa, Na Officina de Musica.

BARBOSA, Agostinho (1611). *Dictionarium Lusitanicolatinum iuxta seriem alphaticam optimis, probtisq. Doctissorum Auctorem testimojs perutili quadam expositione locupletarum, Cum copiosissimo latini sermonis indice, necnon libello uno aliquarum regionum, ciuitatum, oppidorum, fluuiorum, montium, & lacorum, quibus veteres vti solebant. Omnia in studiosae iuuentutis gratiam, & usum collecta*. Bracharae, Typis, & expensis Fructuosi Laurentij de Basto.

BARRETO, João Franco (1671). *Orthographia da lingua portugueza*. Lisboa, Na Officina de Ioam da Costa.

BARROS, João de (1971) [1540]. *Gramática da língua portuguesa, Cartinha, Diálogo em louvor da nossa linguagem, Diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BLUTEAU, D. Rafael (1712-1728). *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 1-4 (Coimbra, 1712-1713); vol. 5-8 (Lisboa, 1716-1721); *Supplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino* (vol. 1, 1727; vol. 2, Lisboa, 1728).

BLUTEAU, D. Rafael (1728). *Prosas Portuguezas, recitadas em diferentes congressos Academicos*, Parte I e Parte II. Lisboa, António José da Silva (Parte I. *Decisoens Academicas de palavras portuguezas, propostas, e examinadas nas conferencias eruditas, que se celebrarão na Livraria do conde da Ericeira, de que foy a primeira Domingo 12. de Fevereiro de 1696, morando então o dito Conde no Bairro Alto, nas casas do Cunhal das Bolas: Oratorio requerimento de palavras portuguezas*

- aggravadas, desconfiadas, e pertendentes [a]presentado no tribunal das letras, erigido anno de 1696, na Bibliotheca do conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes, com titulo de Conferencias Eruditas, pelo Padre D. Rafael Bluteau, Clerigo Regular, pp. 3-15; Vocabulos Portuguezes, cujo genuino significado ficou assentado em varias Conferencias, pp.16-21; Preambulo Breve na Renovação da Academia dos Generosos, Nas Casas do Conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes, pelo Padre D. Rafael Bluteau, anno de 1717, pp. 22-27); Parte II. Lisboa, António José da Silva. (Parte II. *Prosa Apologetica, justificação de huma soberana princeza, injustamente excluida das douts Conferencias da Academia Real de Lisboa, recitada na Sala Academica do Conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes, pp.170-185); Prosa Grammatonica, portugueza, ou regras, e leys, para o uso das letras do alfabeto portuguez, na escriptura, e na pronunciação, pp. 186-228).**
- CARDOSO, Jerónimo (1694) [1570]. *Dictionariu latino-luſitanicum, et lusitanico-latinum*, Editio novissima. Lisboa, Tip. Domingos Carneiro.
- FARIA, Manuel Severim de (1624) “Das partes que ha de hauer na lingoagem para ser perfeita, & como a Portuguesa as tem todas, & com alguas com eminencia de outras lingoas”. *Discursos varios politicos*, por... Chantre, & Conego na Santa Sê de Evora. Com as licenças necessarias. Em EVORA, Impressos por Manoel Carvalho Impressor da Universidade.
- FEIJÓ, João de Morais Madureira (1734). *Orthographia, ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua Portugueza*. Lisboa Occidental, Na Oficina de Miguel Rodrigues.
- FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de (1722). *Nova Escola para aprender a ler, escrever & contar*. Lisboa Occidental, Na Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho.
- FRANCO, António (1716). *Indiculo Universal. Contem distinctos em suas classes os nomes de quazi todas as cousas que ha no mundo, & os nomes de todas as Artes e Sciencias*. Évora, Universidade.
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de (1981) [1570]. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa, com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma lingua*. Ed. fac-similada da 1ª ed. Lisboa, Biblioteca Nacional.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1576). *Orthographia da Lingoa Portuguesa*. Lisboa, Per João de Barreira.
- \_\_\_\_\_(1606). *Origem da Lingoa Portuguesa*. Lisboa, Pedro Craesbeck.
- LIMA, Luís Caetano de (1736). *Orthographia da lingua Portugueza*, Lisboa Occidental, Na Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- MACEDO, José de (1710). *Antídoto da Lingua Portugueza*. Offerecido ao mui Alto, e muito Poderoso Rey, Dom Joaõ o Quinto Nosso Senhor por Antonio de Mello da Fonseca, Amsterdam, Em Casa de Miguel Diaz, Impressor e Mercader de Libros.

- OLIVEIRA, Fernão de (1988) [1536]. *Grammatica da lingoagem portuguesa*, ed. fac-similada. Lisboa, Biblioteca Nacional.
- PEREIRA, Bento (1634). *Prosodia in vocabularium trilingue latinum, lusitanicum, et hispanicum digesta. In Qua dictionnum significatio, et syllabarum quantias expenditur*, Eborae, Apud Emmanuelem Carvalho Academiae Typographum.
- \_\_\_\_\_(1647). *Thesouro da lingoa portuguesa*, Lisboa, na Officina de Paulo Craesbeeck.
- \_\_\_\_\_(1666). *Regras gerays breves, & comprehensivas da melhor ortografia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina, & portugueza, para se ajuntar à Prosodia*. Lisboa, por Domingos Carneiro.
- \_\_\_\_\_(1672). *Ars agrammaticae pro lingua lusitana addiscenda. Latino idiomate proponitur, in hoc libelo, velut in quadam academiola divisa in quinque classes, instructas subselliis, recto ordine dispersatit, ut ab omnibus tum domesticis, tum exteris frequentari possint. Ad finem ponitur Orthographia, ars recte scribendi, ut sicut docet rectè coniuigationeibus lusitanis italiae correspondent*. Lugduni, Sumptibus Laurentii Anission.
- PEREIRA, Frutuoso (1643). *Arte de gramatica, latina*. Lisboa, Officina de Lourenço de Anvers.
- POIARES, Pedro de (1667). *Diccionario lusitanico-latino de nomes proprios de regioens; reinos; prouincias; cidades; villas; castellos; rios; montes; fontes; ilhas; peninsulas; isthmos, &c. Com o nome latino, dando a esse nome latino o vulgar que hoje tem, pera boa intelligencia de livros sagrados, e profanos*. Lisboa, na Officina de Ioam da Costa.
- ROBOREDO, Amaro de (1615). *Regras da Orthographia Portugueza*, Lisboa, Por Antonio Alvarez.
- \_\_\_\_\_(1619). *Methodo grammatical para tods as linguas. Consta de tres partes. 1ª Grammatica exemplificada na portuguesa, & latina; 2ª copia de palavras exemplificadas nas latinas; 3ª Frase exemplificada na latina*. Lisboa, Pedro Craesbeck.
- \_\_\_\_\_(1623) *Porta de Linguas ou modo muito accommodado para as entender publicado primeiro com a tradução Espanhola. Agora acrescentada a portugueza, com numerosos interliniaais, pelos quaes possa entender sem mestre estas linguas o que as não sabe, com as raizes da latina mostradas em hum compendio do Calepino, ou por melhor do Tesouro, a portuguesa, e espanhola*. Lisboa, na Officina de Antonio Alvarez.
- VERA, Álvaro Ferreira de (1631): *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa com a latina: Dirigido a Dom Manuel d'Eça* [seguida de]: *Breves louvores da lingua portuguesa com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua latina*. Lisboa, Mathias Rodriguez.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes

Biblioteca Pública de Évora - Códice XCII / 2-7, fls. 421-425

### Referências

- Andrade, A. A. (1964) “A polémica verneiana”. *As Grandes Polémicas Portuguesas*, vol. Lisboa, pp. 279-331.
- \_\_\_\_\_. (1964). *Vernei e a Cultura do seu Tempo*. Coimbra.
- Castro, Aníbal Pinto de (1973). *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*. Coimbra, Centro de Estudos Românicos.
- Faria, Eduardo de (1858-1859). *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 2 vols. 4ª ed. Lisboa: Francisco Arthur da Silva.
- Gonçalves, M. F. 1991. “Algumas notas sobre a ortografia portuguesa no século XVIII (D. Luís Caetano de Lima)”. *Biblos*, LXVII. Coimbra, pp. 263-273.
- Gonçalves, M. F. 2002a. “O «Prólogo» e o «Catálogo de Autores» do Vocabulário Portuguez e Latino: As ideias linguísticas de Bluteau no contexto da historiografia da língua portuguesa”. *Descrição do Português: Lingüística Histórica e Historiografia Lingüística* (org. Massini-Cagliari, G., Murakawa, C. A. A., Berlinck, R. A., Guedes, M.). Série Trilhas Linguísticas, 3. UNESP/Araraquara, Cultura Acadêmica Editora, pp. 25-65.
- Gonçalves, M. F. 2002b. “Notas sobre as «Prosas Portuguezas» de Rafael Bluteau e a historiografia linguística do século XVIII”. *Filologia e Lingüística Portuguesa* (Revista da FFLCH/USP), 5, São Paulo, Humanitas, pp. 7-25.
- Gonçalves, M. F. 2003. *As Ideias Ortográficas em Portugal: De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / FCT-Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
- Koerner, K. 1989. *Practicing Linguistic Historiography*. Studies in the History of the Language Sciences, 50. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Marquilhas, R. 2000. *A Faculdade das Letras. Leitura e Escrita em Portugal no Séc. XVII*. Série “Filologia Portuguesa”. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- \_\_\_\_\_. 2002. “Em torno do *Vocabulário* de Bluteau. O reformismo e o prestígio da norma no século XVIII”. *Caminhos do Português – Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas – Catálogo* (coord. Mateus, M. H. M., Lisboa, Biblioteca Nacional, pp. 105-118.
- Palma-Ferreira, J. 1982. *As Academias Literárias dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Biblioteca Nacional.

“Historiografia menor” da questão ortográfica em Setecentos: *Proposta que fez o Pe...*

- Prista, L. 1994. “Tentativa de cenário para t̃ > š̃”. *Varição linguística no espaço, no tempo e na sociedade* (Actas do encontro regional da Associação Portuguesa de Linguística, Miranda do Douro, Setembro de 1993). Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, pp. 183-226.
- Serrão, J. V. 1974. *A Historiografia Portuguesa*, III. Lisboa, Editorial Verbo.
- Silva, I. F. da, e Aranha, B. 1858-1923. *Diccionario Bibliographico Português*, vols. I-XXII. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Thielemann, W. 2001: “Língua culta – Palavras antiquadas – Plebeísmos. A linguagem e a sociedade portuguesa na época de Pombal”. *Século XVIII: Século das Luzes – Século de Pombal* (ed. W. Thielemann). Frankfurt am Main: TFM, pp. 51-97.